Lucro líquido da Tractebel Energia no 2T11 é 33,1% superior ao do 2T10, alcançando R$ 358,8 milhões. Os dividendos intercalares ultrapassam R$ 1 por ação pela primeira vez

Florianópolis (SC), 29 de julho de 2011 – A Tractebel Energia S.A. (“Tractebel Energia”, “Tractebel” ou “a Companhia”) - BM&FBOVESPA: TBLE3, ADR: TBLEY -, maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, anuncia os resultados financeiros relativos ao segundo trimestre e ao período acumulado de seis meses encerrados em 30 de junho de 2011 (2T11 e 6M11). As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em base consolidada e de acordo com os princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores estão expressos em reais (R$), exceto quando indicado de modo diferente.

Destaques

2T11

● A Tractebel apurou lucro líquido de R$ 358,8 milhões no 2º trimestre de 2011 (R$ 0,5496 por ação), valor 33,1% superior ao alcançado no 2T10, que foi de R$ 269,5 milhões. Além da melhoria operacional, a redução de despesas financeiras contribuiu para o resultado.

● O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) do período apresentou elevação de 13,5% em comparação ao 2T10, atingindo R$ 725,5 milhões no 2T11, decorrência principalmente da elevação do preço médio de venda e margens maiores. A margem EBITDA foi de 68,6%, um crescimento de 2,3 p.p. em relação ao 2T10.

● Houve crescimento de 9,7% na receita operacional líquida consolidada no 2T11, que totalizou R$ 1.057,8 milhões, frente aos R$ 964,2 milhões registrados no 2T10.

● O preço médio dos contratos de venda de energia, líquido das exportações e deduções sobre a receita operacional bruta, aumentou 11,5% entre os trimestres comparados, passando de R$ 108,82/MWh no 2T10 para R$ 121,30/MWh no trimestre em análise. Esse aumento reflete os reajustes de preços dos contratos existentes e os maiores preços praticados nos novos contratos para clientes livres e comercializadoras.

● O Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de R$ 658,0 milhões sob a forma de dividendos intercalares, o que corresponde a R$ 1,0080763921 por ação e 100% do lucro líquido distribuível apurado no primeiro semestre de 2011.

● No 2T11, a ANEEL autorizou a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito; e em julho, a segunda. A Usina, localizada no Rio Tocantins, contará com oito unidades e potência total de 1.087 MW, dos quais 40,07% pertencentes à Tractebel.

● A Companhia emitiu, no 2T11, ordem de início de construção de cinco parques eólicos na Região Nordeste que demandará investimentos de R$ 625,6 milhões, para agregar 145,4 MW de energia renovável não convencional ao seu parque gerador. A entrada em operação dos novos parques está prevista para o 4T12, sendo sua produção totalmente direcionada para contratação no mercado livre.

● Em comunicado à imprensa datado de 16 de maio, a agência Fitch Ratings atribuiu rating internacional ‘BBB-’ à Tractebel e reafirmou o rating nacional de longo prazo ‘AA+(bra)’, ambos com perspectiva estável.

Para divulgação imediata

Para informações adicionais, entre em contato com a área de Relações com Investidores:

Eduardo Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
sattamini@tractebelenergia.com.br

Antonio Previtali Jr.
Gerente de Relações com Investidores
previtali@tractebelenergia.com.br
Tel: (48) 3221-7221

Teleconferência com webcast
dia 01/08/11 às 11h00 (horário de Brasília) em português – tradução simultânea para inglês.

Mais detalhes na seção Próximos Eventos, na página 14.

Visite nosso site
www.tractebelenergia.com.br

Resumo dos Indicadores Econômicos e Operacionais

Tractebel - Consolidado						
(valores em R$ milhões)	2T11	2T10	Var.	6M11	6M10	Var.
Receita Operacional Bruta	1.184,3	1.074,6	10,2%	2.334,2	2.131,7	9,5%
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.057,8	964,2	9,7%	2.080,0	1.909,8	8,9%
Resultado do Serviço (EBIT) (1)	604,8	523,1	15,6%	1.178,7	1.000,7	17,8%
EBITDA (1) (2)	725,5	639,4	13,5%	1.418,0	1.226,8	15,6%
EBITDA / ROL - (%) (1)	68,6	66,3	2,3 p.p.	68,2	64,2	4,0 p.p.
Lucro Líquido (1)	358,8	269,5	33,1%	665,7	516,2	29,0%
Dívida Líquida	3.134,4	2.204,4	42,2%	3.134,4	2.204,4	42,2%
Energia Vendida (MW médios)	3.886	3.934	-1,2%	3.877	3.902	-0,6%
Preço Líquido Médio de Venda (R$/MWh) (3)	121,30	108,82	11,5%	120,68	110,23	9,5%
Número de Empregados	1.032	1.021	1,1%	1.032	1.021	1,1%

(1) Considera ajuste contábil no 2T10.

(2) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

(3) Líquido de impostos sobre a venda e exportações.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Parque Gerador

A Tractebel, maior geradora privada de energia elétrica do Brasil, possuirá, após a entrada em operação de todas as máquinas da UHE Estreito, uma capacidade instalada de 6.908 MW e operará um parque gerador com capacidade total de 8.630 MW. As duas primeiras máquinas da UHE Estreito já entraram em operação e a motorização completa da Usina está prevista para 2012. Assim, o parque gerador é composto por 22 usinas (nove hidrelétricas, seis termelétricas e sete complementares – biomassa, pequenas centrais hidrelétricas – PCHs – e eólicas), das quais 18 pertencem integralmente à Companhia e quatro (as hidrelétricas Itá, Machadinho e Estreito, e a biomassa Ibitiúva Bioenergética) são comercialmente exploradas por meio de parcerias com outras empresas.

Parque Gerador da Tractebel Energia

Usina	Tipo	Localização	Capacidade Instalada (MW)	
			Total	Partic. da Cia.
Itá	Hidrelétrica	Rio Uruguai (SC e RS)	1.450,0	1.126,9
Salto Santiago	Hidrelétrica	Rio Iguaçu (PR)	1.420,0	1.420,0
Machadinho	Hidrelétrica	Rio Uruguai (SC e RS)	1.140,0	403,9
Estreito*	Hidrelétrica	Rio Tocantins (TO/MA)	1.087,0	435,6
Salto Osório	Hidrelétrica	Rio Iguaçu (PR)	1.078,0	1.078,0
Cana Brava	Hidrelétrica	Rio Tocantins (GO)	450,0	450,0
Passo Fundo	Hidrelétrica	Rio Passo Fundo (RS)	226,0	226,0
São Salvador	Hidrelétrica	Rio Tocantins (TO)	243,2	243,2
Ponte de Pedra	Hidrelétrica	Rio Correntes (MT)	176,1	176,1
Total - Hidrelétricas			**7.270,3**	**5.559,7**
Complexo Jorge Lacerda**	Termelétrica	Capivari de Baixo (SC)	857,0	857,0
William Arjona	Termelétrica	Campo Grande (MS)	190,0	190,0
Charqueadas	Termelétrica	Charqueadas (RS)	72,0	72,0
Alegrete	Termelétrica	Alegrete (RS)	66,0	66,0
Total - Termelétricas			**1.185,0**	**1.185,0**
Ibitiúva Bioenergética	Biomassa	Pitangueiras (SP)	33,0	21,2
Lages	Biomassa	Lages (SC)	28,0	28,0
Rondonópolis	PCH	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	26,6	26,6
Beberibe	Eólica	Beberibe (CE)	25,6	25,6
José Gelazio da Rocha	PCH	Ribeirão Ponte de Pedra (MT)	23,7	23,7
Areia Branca	PCH	Rio Manhuaçu (MG)	19,8	19,8
Pedra do Sal	Eólica	Parnaíba (PI)	18,0	18,0
Total - Complementares			**174,7**	**162,9**
Total			**8.630,0**	**6.907,6**

(*) A motorização completa da usina é esperada para 2012.

(**) Complexo composto por 3 usinas.

Estreito. A Usina Hidrelétrica Estreito, no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins e Maranhão, é um dos maiores empreendimentos de geração do Brasil possuindo capacidade instalada de 1.087 MW. A Tractebel controla a Companhia Energética Estreito que é a detentora de uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia, este último, responsável pela implementação da Usina. Os outros sócios do empreendimento são Vale, com 30,00%; Alcoa Alumínio, com 25,49%; e Camargo Corrêa Energia, com 4,44%.

A energia correspondente à parcela da Companhia na Usina (256 MW médios) foi vendida no leilão de energia nova ocorrido em 16 de outubro de 2007, a um preço de R$ 155,54/MWh referido a 30 de junho de 2011, por um período de 30 anos a partir de 2012. Duas das oito unidades geradoras da UHE Estreito entraram em operação comercial este ano, a primeira em 29 de abril e a segunda em 2 julho. A tabela a seguir apresenta o impacto da motorização na capacidade comercial da Usina.

Motorização e Capacidade Comercial da UHE Estreito (MW médios) – Parcela da Tractebel

Unidade	Energia Assegurada	Energia Assegurada Acumulada
Máquina 1	52,01	52,01
Máquina 2	51,69	103,71
Máquina 3	50,80	154,51
Máquina 4	38,38	192,88
Máquina 5	25,99	218,87
Máquina 6	18,50	237,37
Máquina 7	12,51	249,88
Máquina 8	7,00	256,88

Projetos em Construção

Novos Projetos

Usina	Tipo	Localização	Capacidade Instalada (MW)	
			Total	Partic. do Grupo
Jirau*	Hidrelétrica	Rio Madeira (RO)	3.450,0	1.728,5
Porto do Delta e Complexo Trairi**	Eólica	Parnaíba (PI) e Trairi (CE)	145,4	145,4
Total			**3.595,4**	**1.873,9**

(*) Participação da Controladora no projeto, baseada na capacidade instalada total de 3.450 MW.

(**) O Complexo Trairi é composto pelas usinas Mundaú, Fleixeiras I, Trairi e Guajirú.

Jirau. A Energia Sustentável do Brasil (ESBR), formada pela IPR-GDF SUEZ (50,1%), Eletrosul (20,0%), Chesf (20,0%) e Camargo Corrêa (9,9%), é a empresa de propósito específico responsável pela construção, manutenção, operação e venda da energia a ser gerada pela Usina Hidrelétrica Jirau, em construção em Porto Velho, estado de Rondônia. A ESBR venceu o leilão de concessão organizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em 19 de maio de 2008, ao oferecer a melhor proposta para os 70% da energia a ser produzida pela Usina para os consumidores cativos atendidos pelas distribuidoras de energia, a partir de janeiro de 2013, tendo seu contrato de concessão duração de 35 anos. A configuração atual da Usina apresenta uma potência de 3.450 MW, a partir de 46 turbinas, e energia assegurada de 1.975 MW médios (44 unidades). Esses valores poderão sofrer acréscimos em função de modificações de projeto submetidas à Aneel e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Seguindo o modelo de negócios vigente, existe a perspectiva de o projeto ser transferido para a Tractebel quando os principais riscos de desenvolvimento tiverem sido mitigados, o que deve ocorrer próximo à entrada em operação da Usina.

Parques eólicos. No 2T11, a Tractebel anunciou o início dos trabalhos para o a construção de cinco parques eólicos na Região Nordeste – um no Piauí e quatro no Ceará – totalizando 145,4 MW de capacidade instalada e investimento de R$ 625,6 milhões. Na primeira etapa das obras, está sendo realizado o projeto executivo e a fabricação de equipamentos. A empresa Siemens é responsável pelo fornecimento e a montagem das torres e aerogeradores - unidades modelo SWT 2.3-101, de 2,3 MW cada.

Disponibilidade

No 2T11, as usinas operadas pela Tractebel atingiram 98,7% de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, sendo 98,8% nas usinas hidrelétricas, 98,9% nas termelétricas e 95,3% nas usinas de fontes complementares – PCHs, a biomassa e eólicas. Esse índice está em linha com o valor acumulado no ano, que é igual a 98,6%.

Produção

No 2T11, a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Tractebel foi de 9.759 GWh (4.468 MW médios). Esse resultado mostra uma redução de 7,7% em relação ao 2T10. Do total gerado, as usinas hidrelétricas foram responsáveis por 8.835 GWh (4.045 MW médios), as termelétricas por 790 GWh (362 MW médios) e as complementares por 134 GWh (61 MW médios). Os resultados apontam uma redução de 5,6% em relação às usinas hidrelétricas e de 28,9% em relação às termelétricas. Quanto à produção das usinas complementares, houve um aumento de 27,6%.

As condições pluviométricas na Região Sul no 2T11 possibilitaram um elevado nível de despacho das hidrelétricas da Tractebel, porém inferior ao verificado no mesmo trimestre do ano passado, justificando a redução de geração hidrelétrica citada no parágrafo anterior.

Tais condições, na verdade, foram verificadas nas demais regiões do País, o que resultou na decisão natural de se aproveitar ao máximo o regime abundante de chuvas. Decorreu daí a menor necessidade de despacho termelétrico, o que, no caso da Tractebel, se traduziu em uma redução de 28,9%, conforme acima mencionado. Em virtude disso, a Companhia antecipou paradas programadas das termelétricas para manutenção. Ainda assim, cabe destaque para a disponibilidade de 100% atingida pela unidade C do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda no 2T11. De 5 de maio até o final do 2T11, a unidade operou continuamente para atendimento à exportação de energia elétrica.

Deve-se registrar também que, no 2T11, entrou em operação comercial a primeira unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito, mais precisamente no dia 29 de abril.

Cabe ressaltar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma forma, a redução daquele tipo de geração não implica obrigatoriamente em deterioração do desempenho econômico-financeiro. Esta característica deve-se à adoção do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos de geração hidrelétrica entre os seus participantes.

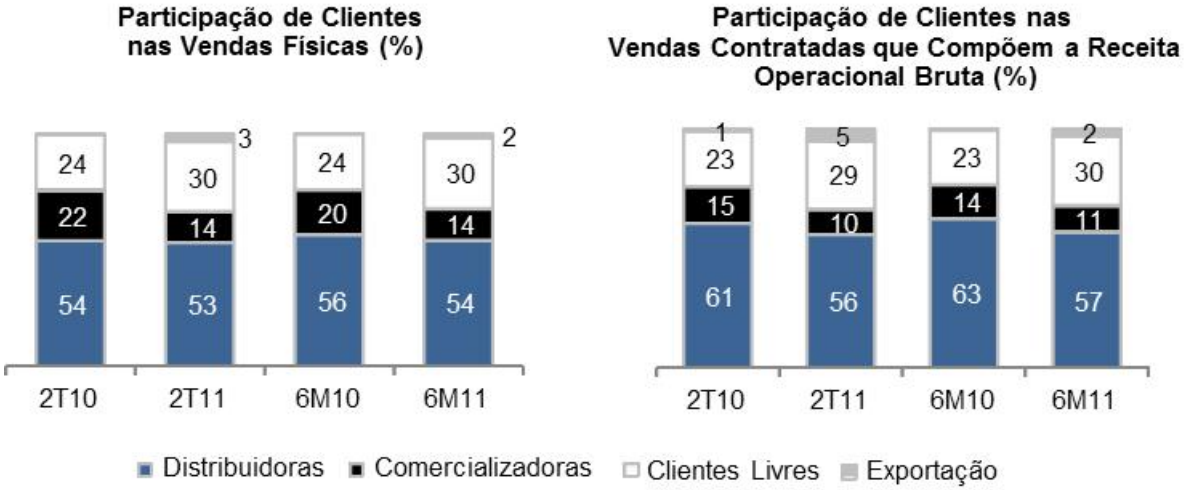
Com relação à geração termelétrica da Companhia, o seu aumento reduz a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

Clientes

A carteira de clientes da Tractebel é diversificada, abrangendo vendas às distribuidoras por meio de leilões de energia organizados pelo Governo, e também comercializadoras e clientes livres (majoritariamente grandes consumidores industriais), estes atendidos por meio de contratos flexíveis no tocante ao volume e à duração. Adicionalmente, no segmento de clientes livres, a Companhia adota a estratégia de diversificação de vendas entre os diferentes setores da economia.

Mantendo um relacionamento estreito com seus clientes, a Companhia consegue detectar suas necessidades e, assim, desenvolver produtos e serviços individualizados que contribuem para a sua fidelização.

No 2T11, a participação de clientes livres no portfólio da Companhia alcançou 29,9% das vendas físicas e 28,6% da receita operacional bruta, o que representou aumento de 5,9 p.p. e 5,3 p.p., respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Novas vendas no ambiente de contratação livre e ampliação do consumo dos clientes industriais justificam os incrementos mencionados, comportamento já evidenciado no 1T11.



ESTRATÉGIA

A Companhia tem como estratégia de comercialização a venda gradativa da energia disponível para determinado ano de forma a amortecer o risco de ficar exposto ao preço spot (Preço de Liquidação das Diferenças - PLD) daquele ano. As vendas são feitas dentro das “janelas” de oportunidade que se apresentam quando o mercado se mostra com maior propensão a comprar.

De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda em vigor em 30 de junho de 2011, o balanço de energia da Tractebel é apresentado a seguir.

Balanço de Energia

	(em MW médio)	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Preço Bruto no Leilão (R$/MWh)	Data de Referência	Preço Bruto Corrigido p/ 30/06/11 (R$/MWh)
	Recursos Próprios	3.440	3.598	3.683	3.683	3.683	3.683			
+	Compras para Revenda	450	574	390	309	216	206			
=	Recursos Totais (A)	3.890	4.172	4.073	3.992	3.899	3.889			
	Vendas reguladas*	1.439	1.695	1.695	1.695	1.685	1.535			
	2004-EE-2007-08	10	10	10	10	-	-	70,9	dez-04	93,7
	2005-EE-2008-08	150	150	150	150	150	-	81,6	abr-05	105,4
	2005-EE-2009-08	381	381	381	381	381	381	94,0	out-05	118,3
	2005-EN-2010-30	200	200	200	200	200	200	115,1	dez-05	144,5
	2006-EN-2009-30	493	493	493	493	493	493	128,4	jun-06	158,9
	2006-EN-2011-30	148	148	148	148	148	148	135,0	nov-06	165,1
	2007-EN-2012-30	-	256	256	256	256	256	126,6	jun-07	155,5
	Proinfa	44	44	44	44	44	44	147,8	jun-04	217,3
	1º Leilão de Reserva	13	13	13	13	13	13	158,1	ago-08	179,9
+	Vendas Bilaterais	2.391	2.329	2.297	1.993	1.652	1.188			
=	Vendas Totais (B)	3.830	4.024	3.992	3.688	3.337	2.723			
	Saldo (A - B)	**60**	**148**	**81**	**304**	**562**	**1.166**			
	Preço **líquido** médio de venda (R$/MWh) *1:	123,0	128,3	128,4						
	Preço **líquido** médio de compra (R$/MWh) *2:	121,0	116,7	118,9						

* XXXX-YY-WWWW-ZZ, onde:
XXXX ⇨ ano de realização do leilão
YY ⇨ EE = energia existente ou EN = energia nova
WWWW ⇨ ano de início de fornecimento
ZZ ⇨ duração do fornecimento (em anos)

*1: Preço de venda líquido de ICMS e impostos sobre a receita (PIS/Cofins, P&D), referido a 30/06/11.
*2: Preço de aquisição líquido, considerando os benefícios de crédito do PIS/Cofins, referido a 30/06/11.

Nota: O balanço está referenciado ao centro de gravidade. Ele contempla a energia gerada por Estreito, a partir do 2T11.
Os preços médios são meramente estimativos, elaborados com base em revisões do planejamento financeiro, não captando a variação das quantidades contratadas, que são atualizadas trimestralmente.

ADOÇÃO DOS NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS E DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Adoção dos novos procedimentos contábeis

A Companhia, durante o ano de 2010, adotou a faculdade estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de apresentar as informações relativas ao 2º trimestre de 2010 (2T10) de acordo com as práticas contábeis anteriores, vigentes até 31 de dezembro de 2009. As companhias que fizerem o uso desta faculdade ficaram obrigadas a reapresentar estas informações, até a data da apresentação do 1º ITR de 2011, ajustadas às novas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela CVM, as quais estão consistentes com as práticas contábeis internacionais (IFRS). Assim sendo as informações apresentadas neste documento contemplam os ajustes decorrentes da adoção das referidas práticas contábeis.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida de Vendas

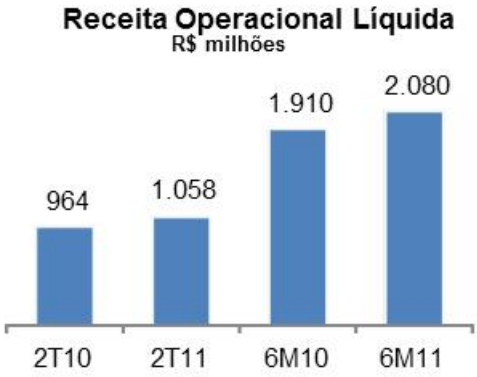
A receita líquida de vendas atingiu R$ 1.057,8 milhões no 2T11 ante aos R$ 964,2 milhões auferidos no mesmo período do ano anterior, representado uma evolução de 9,7%. As variações do preço médio e do volume de vendas estão comentadas a seguir.

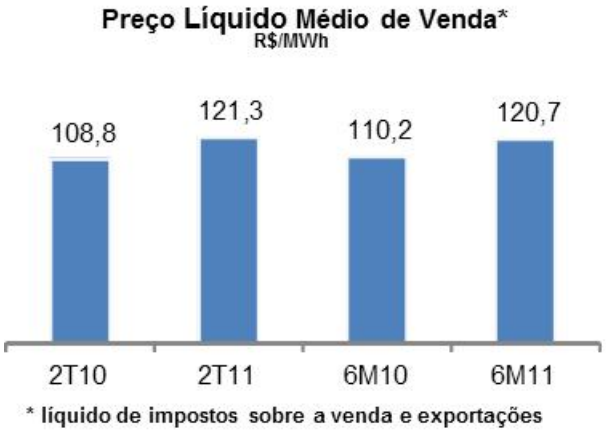
- **Preço médio líquido de venda**

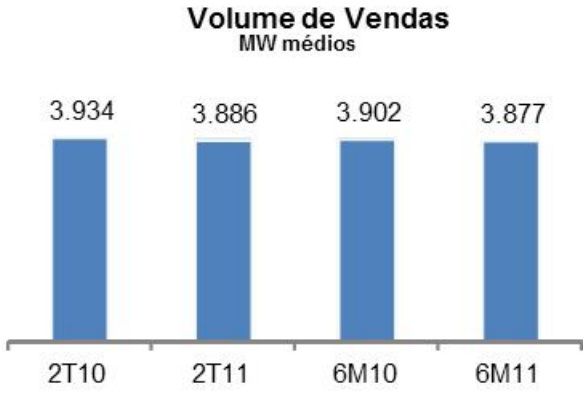
O preço médio de venda de energia, excluída a exportação e líquido das deduções sobre a receita operacional bruta, foi de R$ 121,30/MWh no 2T11, superior em 11,5% ao apurado no 2T10, cujo valor foi de R$ 108,82/MWh. Este incremento decorreu dos reajustes dos contratos existentes e dos maiores preços praticados em novos contratos com clientes livres e comercializadoras de energia.

- **Volume de vendas**

O volume de vendas no 2T11 foi de 8.488 GWh (3.886 MW médios), 1,2% inferior em relação aos 8.592 GWh (3.934 MW médios) vendidos no mesmo trimestre de 2010. Desconsiderando-se a exportação de energia, que entre os períodos comparados saltou de 30 GWh (14 MW médios) no 2T10 para 303 GWh (139 MW médios) no trimestre em análise, a redução das vendas teria sido de 4,4%, ou 377 GWh (172 MW médios). A queda é consequência da combinação dos seguintes principais fatores: (i) término ou redução de contratos bilaterais com distribuidoras assinados anteriormente aos leilões no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e do menor suprimento de energia para clientes com flexibilidade para definição do volume de compra ou redução de contratos; (ii) entrada em operação da primeira unidade geradora da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE Estreito), que agregou 75 GWh (34 MW médios) à capacidade comercial da Companhia; e (iii) menor quantidade de energia vendida em operações de comercialização de curto prazo devido aos menores preços praticados nesse mercado no 2T11. A redução do volume de vendas, entretanto, mantem relação com a queda de 476 GWh (218 MW médios) na compra de energia para revenda.







Receita Operacional Bruta

No 2T11, a receita operacional bruta alcançou R$ 1.184,3 milhões, 10,2% a mais do que a obtida no 2T10, que foi de R$ 1.074,6 milhões. O avanço deve-se essencialmente à combinação dos seguintes fatores: (i) incremento de R$ 110,5 milhões proveniente da elevação de 12,9% do preço bruto médio de venda; (ii) aumento de R$ 49,8 milhões na exportação de energia para a Argentina e Uruguai; (iii) redução de R$ 28,4 milhões em razão da queda de 377 GWh (172 MW médios) no volume de venda de energia, desconsideradas as exportações; e (iv) decréscimo de R$ 25,3 milhões na receita relativa às transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), conforme descrito em item específico a seguir.

A receita operacional bruta é composta das seguintes principais contas relacionadas às operações com energia elétrica:

a) Suprimento de energia elétrica

A receita de suprimento de energia, aquela originária da venda a distribuidoras e comercializadoras, atingiu R$ 784,0 milhões no 2T11 ante aos R$ 795,2 milhões registrados no mesmo trimestre de 2010, representando uma redução de 1,4% entre os trimestres comparados. A variação decorre do que segue: (i) queda de R$ 18,6 milhões nas vendas para distribuidoras, em

função, principalmente, do término ou redução de contratos assinados anteriormente aos leilões no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e do menor suprimento de energia para distribuidoras com flexibilidade para definição do volume de compra, da ordem de 451 GWh (208 MW médios), combinado com o início do suprimento em 2011 no ACR de 148 MW médios provenientes da Usina Hidrelétrica São Salvador; (ii) queda de R$ 69,3 milhões (720 GWh ou 329 MW médios) na receita de comercialização derivada do término ou redução de determinados contratos e do menor volume de operações de venda no curto prazo, que foram liquidadas a preços menores no 2T11 que no 2T10; e (iii) aumento de R$ 76,6 milhões em razão da elevação de 7,0% e 25,4% nos preços médios de venda para distribuidoras e comercializadoras, respectivamente.

Cabe destacar que parte substancial da energia descontratada com as distribuidoras e comercializadoras foi direcionada para novos contratos com consumidores livres, como pode ser verificado no item a seguir.

b) Fornecimento de energia elétrica

Em relação à receita de fornecimento de energia (vendas a consumidores livres), observou-se um crescimento de 38,3% entre os trimestres em análise, passando de R$ 243,6 milhões no 2T10 para R$ 336,9 milhões no 2T11. A evolução decorreu dos seguintes aumentos: (i) R$ 33,8 milhões derivado da elevação de 12,5% do preço médio de venda; e (ii) R$ 59,5 milhões decorrente do crescimento de 474 GWh (217 MW médios) na quantidade de energia vendida, advindo de novas contratações e da ampliação do consumo dos clientes industriais já existentes.

c) Transações no âmbito da CCEE

No 2T11, a receita auferida nesta rubrica apresentou queda de R$ 25,3 milhões, passando de R$ 26,9 milhões no 2T10 para R$ 1,6 milhão no trimestre em análise. Maiores explicações sobre estas operações e variação podem ser encontradas a seguir no item “Detalhamento das operações na CCEE”.

d) Exportação de energia elétrica

A exportação de energia, para a Argentina e o Uruguai, atingiu R$ 56,3 milhões no 2T11, ampliação de R$ 49,8 milhões em relação ao total exportado no 2T10, que foi de R$ 6,5 milhões. O volume de exportação de energia de cada usina do Sistema Elétrico Brasileiro é definido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com base na disponibilidade das usinas e levando-se em consideração o custo declarado das mesmas.

Deduções da Receita Operacional Bruta

As deduções da receita operacional bruta cresceram 14,6% entre os trimestres comparados, passando de R$ 110,4 milhões no 2T10 para R$ 126,5 milhões no trimestre em análise, representando 10,3% e 11,2%, respectivamente, da receita operacional bruta deduzida da exportação, que não compõe a base de cálculo destas deduções.

A evolução, em termos relativos, das deduções está relacionada principalmente ao aumento (i) do PIS e Cofins em função do vencimento de contratos de venda cuja receita vinha sendo tributada pelo regime cumulativo (alíquota 3,65%), mas que devido a sua recontratação, passou a ser tributada pelo critério não cumulativo (alíquota 9,25%, mas com direito a crédito sobre determinadas aquisições); e (ii) do ICMS em razão da elevação das vendas para consumidores industriais, sobre as quais incide o imposto, não havendo o diferimento da apuração do tributo.

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram reduzidos em 2,9% ou R$ 13,2 milhões, passando de R$ 462,1 milhões no 2T10 para R$ 448,9 milhões no presente trimestre. A variação decorreu essencialmente do comportamento dos principais componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** redução de R$ 52,2 milhões no 2T11, ou 476 GWh (218 MW médios) em razão principalmente do vencimento de contratos de compra de energia fornecida durante o ano de 2010. O preço médio de compra permaneceu estável entre os períodos comparados.

b) **Transações no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise, houve acréscimo de R$ 6,5 milhões, conforme descrito a seguir em item específico.

c) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** crescimento de R$ 25,1 milhões no 2T11 em razão principalmente do consumo de carvão mineral utilizado na geração de energia para exportação.

d) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** menor em R$ 1,7 milhão quando comparado ao mesmo período de 2010, devido à combinação do seguinte: (i) redução líquida de R$ 3,2 milhões das despesas relativas à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) por conta do processo de revisão tarifária das transmissoras; e (ii) aumento de R$ 1,5 milhão em razão da entrada em operação comercial da primeira unidade da UHE Estreito.

e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos:** queda de R$ 0,6 milhão no segundo trimestre de 2011, resultado da redução de geração hidrelétrica entre os períodos analisados.

f) **Pessoal:** aumento de R$ 4,2 milhões no 2T11 em decorrência fundamentalmente do reajuste anual da remuneração dos empregados e da ampliação do quadro de pessoal para atendimento ao crescimento dos negócios da Companhia.

g) **Serviços de terceiros:** elevação de R$ 2,9 milhões no 2T11 em decorrência da maior demanda por serviços de manutenção e conservação das unidades geradoras da Companhia, bem como do aumento de serviços de consultorias, especialmente ambientais e de engenharia, nas unidades citadas.

h) **Depreciação e amortização:** no 2T11 foi superior em R$ 3,8 milhões, em razão principalmente da depreciação resultante do início da operação comercial da primeira unidade da UHE Estreito, além da conclusão de obras de revitalização de determinadas usinas ao longo dos anos de 2010 e 2011.

Detalhamento das Operações na CCEE

Os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente estes elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do chamado “risco de sub-mercado”; (iii) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (iv) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (v), naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

No 2T11, a Companhia obteve um resultado líquido (diferença entre receitas e despesas) negativo decorrente das transações realizadas no âmbito da CCEE de R$ 5,2 milhões ante ao resultado líquido positivo de R$ 26,6 milhões apurados no mesmo período do ano anterior, o que resultou em uma variação negativa de R$ 31,8 milhões entre os períodos comparados.

Esta variação decorreu principalmente dos seguintes fatores: (i) aumento da despesa decorrente da elevação da posição compradora na CCEE, atenuada pelo efeito da redução do PLD médio; (ii) apesar do maior volume, houve redução da receita com energia secundária (geração hidrelétrica do sistema acima da energia assegurada sazonalizada total) em razão da queda acentuada de 49,3% no PLD médio nos sub-mercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste, que variou de R$ 40,31/MWh no 2T10 para R$ 20,45/MWh no 2T11; e (iii) menor receita no MRE em consequência da diminuição do volume geração de energia hidrelétrica entre os períodos comparados.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas cresceram R$ 8,7 milhões ou 24,2%, passando de R$ 35,9 milhões no 2T10 para R$ 44,6 milhões no 2T11, em decorrência da seguinte combinação: (i) aumento de R$ 2,5 milhões nas despesas com pessoal refletindo o reajuste anual da remuneração dos empregados e a ampliação do quadro de pessoal em razão do crescimento dos negócios da Companhia; (ii) acréscimo de R$ 1,3 milhão em contribuições e doações a entidades sociais e projetos culturais; e (iii) despesa não recorrente de R$ 5,0 milhões referente a acordo de complemento de reserva matemática do Plano de Benefícios da fundação patrocinada pela Companhia. Este valor foi revertido da conta de provisão, conforme mencionado a seguir, não gerando impacto no resultado líquido da Companhia. Desconsiderando-se esse efeito, as despesas gerais e administrativas no trimestre em análise seriam de R$ 39,6 milhões, ou seja, 10,7% superiores à registrada no mesmo período do ano anterior.

Reversões de Provisões Operacionais, Líquidas

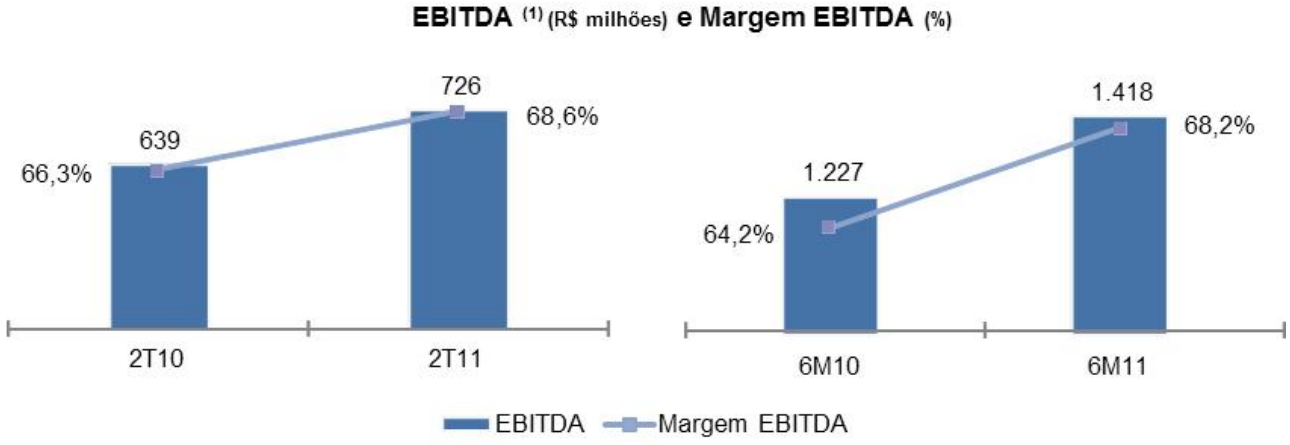
O acréscimo de R$ 14,5 milhões nas reversões de provisões operacionais líquidas entre os trimestres comparados decorreu essencialmente das seguintes reversões de provisão: (i) R$ 6,4 milhões em função de acordo judicial firmado com parte dos reclamantes em montante inferior ao provisionado pela Companhia, em ação onde se pleiteava o desbloqueio do teto previdenciário para fins de revisão dos valores de aposentadoria a serem pagos pela fundação patrocinada pela Tractebel; (ii) R$ 2,1 milhões referentes principalmente ao aumento do ganho atuarial registrado; e (iii) R$ 5,0 milhões relativos a acordo de complemento de reserva matemática, conforme anteriormente mencionado.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

No trimestre em análise, a Companhia reconheceu o ganho de capital não recorrente no valor de R$ 15,4 milhões, resultante da conclusão do processo da alienação dos ativos do Projeto Seival. Já no 2T10 a Companhia havia reconhecido receita não recorrente de R$ 45,8 milhões, em razão do trânsito em julgado de ação judicial que pleiteava o direito de incidir o PIS e Cofins sobre as receitas decorrentes de contratos firmados anteriormente a 31 de outubro de 2003, com prazo superior a um ano e a preço predeterminado, com base no regime de tributação cumulativa previsto na legislação anterior.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos já comentados, o EBITDA no 2T11 alcançou R$ 725,5 milhões, 13,5% acima do apurado no 2T10, que foi de R$ 639,4 milhões. A margem EBITDA atingiu 68,6%, ante aos 66,3% verificados no mesmo período do ano anterior. A ampliação da margem decorre: (i) da elevação do preço médio de venda; (ii) da redução no volume de energia comprada para revenda; e (iii) do menor volume de transação de venda de energia em contratos de curto prazo. As operações em (ii) e (iii) apresentaram margens inferiores às decorrentes da energia vendida em contratos de médio e longo prazos.



(1) EBITDA representa: lucro operacional + resultado financeiro + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do resultado operacional com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	2T11	2T10	Var. %	6M11	6M10	Var. %
Resultado Operacional	525.466	406.502	29,3	990.915	780.572	26,9
(+/-) Resultado Financeiro	79.376	116.583	-31,9	187.788	220.169	-14,7
(+) Depreciação e Amortização	120.680	116.352	3,7	239.311	226.023	5,9
EBITDA	**725.522**	**639.437**	**13,5**	**1.418.014**	**1.226.764**	**15,6**

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: no 2T11 essas receitas atingiram R$ 22,6 milhões, inferiores em R$ 6,9 milhões quando comparado aos R$ 29,5 milhões obtidos no mesmo trimestre de 2010. Esta variação ocorreu em virtude das seguintes reduções: (i) R$ 3,2 milhões em renda sobre aplicações financeiras em função do menor volume de recursos aplicados, devido à amortização de debêntures no 2T11; (ii) R$ 2,4 milhões nos juros sobre contas a receber de operações de venda de energia; e (iii) R$ 1,5 milhão em variação monetária sobre depósitos judiciais em virtude da redução de recursos depositados.

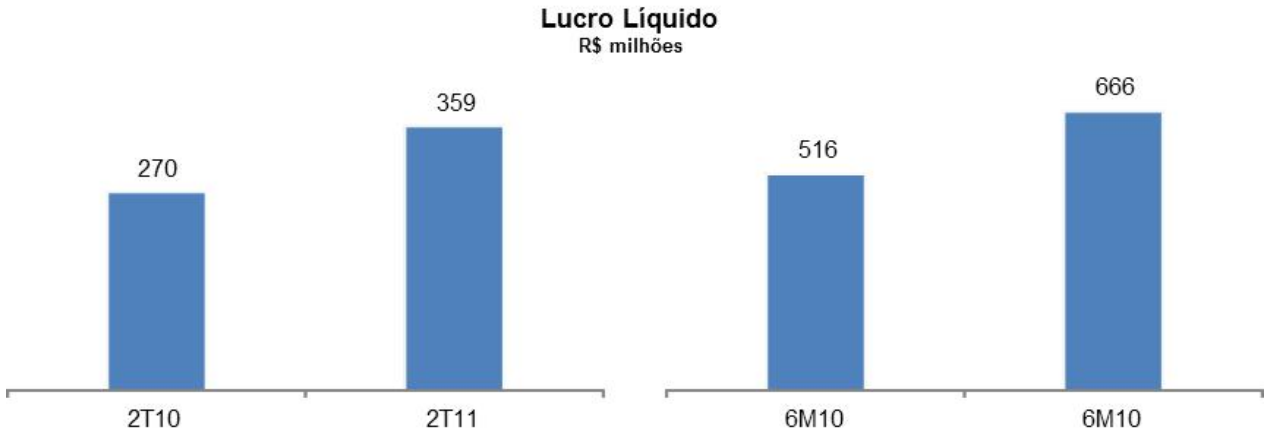
Despesas financeiras: queda de R$ 44,1 milhões entre os períodos comparados, passando de R$ 146,0 milhões no 2T10 para R$ 101,9 milhões neste trimestre. Esta variação decorreu da combinação dos seguintes fatores: (i) redução de R$ 18,9 milhões nos juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures derivada substancialmente das amortizações de debêntures no 2T11, que totalizaram R$ 821,2 milhões; (ii) decréscimo de R$ 10,1 milhões na variação monetária sobre dívidas em consequência principalmente da amortização de debêntures, conforme comentado, e da redução da variação do IGP-M entre os períodos comparados; (iii) queda de R$ 4,4 milhões no ganho na variação cambial de dívidas em função da maior valorização do Real frente à cesta de moedas que compõem a dívida da Companhia; (iv) aumento de R$ 3,5 milhões nos juros sobre concessões a pagar em razão da elevação do saldo resultante da sua atualização monetária; e (v) reconhecimento de perda não recorrente no 2T10 de R$ 20,2 milhões, em decorrência de decisão desfavorável transitada em julgado contra a anistia fiscal pretendida pela Companhia de juros e multa sobre débitos parcelados de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujo montante não estava provisionado visto que a Companhia tinha obtido decisão favorável em instâncias anteriores e, em consequência, não vinha considerando a probabilidade de perda como provável.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSSL no 2T11 foram de R$ 166,7 milhões, superiores em R$ 29,7 milhões às relativas ao mesmo período de 2010, que foram de R$ 137,0 milhões. A variação deve-se substancialmente ao aumento do resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.

Lucro Líquido

O lucro líquido do 2T11 teve um avanço de R$ 89,3 milhões, ou 33,1%, ante ao valor apurado no mesmo período do ano anterior, passando de R$ 269,5 milhões para R$ 358,8 milhões no trimestre em análise. Esta evolução decorreu essencialmente da combinação dos seguintes fatores: (i) elevação do preço médio líquido de venda em 11,5%; (ii) aumento substancial da exportação de energia; (iii) redução de compras de energia em razão do vencimento de contratos, cujos preços eram elevados; (iv) queda das despesas financeiras em função substancialmente da amortização de debêntures e da menor variação monetária entre os períodos comparados; (v) efeito negativo nas transações realizadas no âmbito da CCEE; e (vi) redução de ganhos não recorrentes decorrentes de ações judiciais, reversões de provisões e ganho de capital.



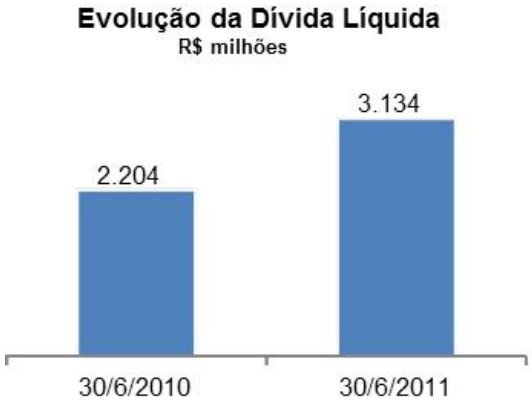
Endividamento

Em 30 de junho de 2011, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes) da Companhia era de R$ 3.134,4 milhões, 42,2% superior aos R$ 2.204,4 milhões registrados em 30 de junho de 2010.

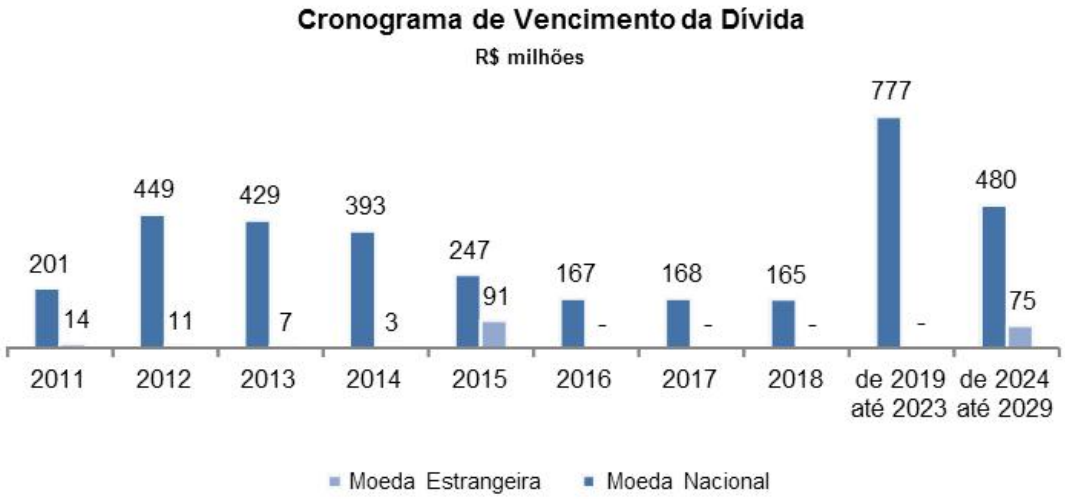
A dívida bruta total consolidada, representada principalmente por empréstimos, debêntures e financiamentos, totalizava R$ 3.676.9 milhões, um acréscimo de 19,9% comparativamente à posição de 30 de junho de 2010. Do total da dívida no final do período, 5,5% eram em moeda estrangeira (7,5% ao final do 2T10), parcela que não estava sujeita a instrumentos de hedge.

O acréscimo do endividamento da Companhia está relacionado principalmente à combinação dos seguintes fatores: (i) consolidação no balanço patrimonial da Companhia, a partir do 3T10, do valor referente ao financiamento da SUEZ Energia Renovável S.A., obtido junto ao BNDES e agentes financeiros e utilizado para a construção da UHE Estreito, no valor de R$ 1.160,5 milhões; (ii) saques junto ao BNDES e seus agentes financeiros no valor total acumulado de R$ 295,1 milhões

entre o 2T10 e o 2T11, para fazer frente aos investimentos na UHE Estreito e na Usina Termelétrica Ibitiúva Bioenergética; (iii) a geração de R$ 391,2 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária e cambial, entre os períodos comparados; (iv) amortizações de debêntures no 2T11 no valor de R$ 821,2 milhões, dos quais R$ 169,3 milhões relativos à 1ª Série da 1ª Emissão, outros R$ 637,2 milhões referentes à 3ª Emissão e R$ 14,8 milhões correspondente à parcela da Tractebel na amortização de debêntures da Itá Energética S.A., empresa em que a Companhia possui 48,75% do capital; e (v) amortizações de empréstimos e financiamentos no valor de R$ 410,4 milhões, entre os períodos comparados.







Investimentos

No trimestre em análise, R$ 20,9 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador da Companhia, enquanto R$ 48,2 milhões foram aplicados na construção de novas usinas, dos quais R$ 28,4 milhões direcionados à UHE Estreito e R$ 19,8 milhões aos cinco novos parques eólicos, conforme descrito na seção Projetos em Construção.

Os investimentos da Companhia no 2T11, desta forma, totalizaram R$ 69,2 milhões.

Pagamento de Dividendos

O Conselho de Administração da Tractebel Energia, em reunião realizada em 29 de julho de 2011, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30 de junho de 2011, no valor de R$ 658,0 milhões (R$ 1,0080763921 por ação), portanto, um *payout* de 100% para o primeiro semestre de 2011 considerando o lucro líquido distribuível.

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido do primeiro semestre de 2011 com o lucro líquido distribuível, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	6M11
Lucro Líquido	665.728
(-) Reserva Legal	(33.286)
(-) Reserva de Incentivo Fiscal da UHE Ponte de Pedra	(2.865)
(+) Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	28.438
Lucro Líquido Distribuível (LLD)	**658.014**
Dividendos Intercalares (100% de LLD)	**658.014**
Dividendos por ação (R$)	**1,0080763921**

As ações da Companhia serão negociadas ex-dividendo a partir de 11 de agosto de 2011, sendo esses proventos pagos no dia 6 de outubro de 2011.

SUSTENTABILIDADE: COMPROMISSO E CERTIFICAÇÕES

A Tractebel atua sob os princípios do desenvolvimento sustentável, respeitando em suas operações o equilíbrio das dimensões ambiental, social e econômica. As diretrizes que norteiam os planos de gestão ambiental da Companhia estão em seu Código do Meio Ambiente, que prevê o cumprimento das exigências dos órgãos ambientais, bem como a interação com as comunidades que vivem sob a influência das usinas, cooperando com a melhoria da sua qualidade de vida.

Todas as usinas da Companhia possuem os certificados NBR ISO 9001 e NBR ISO 14001, com exceção das adquiridas e que entraram em operação a partir de 2008. A certificação NBR ISO 9001 tem por objetivo a melhoria dos procedimentos internos das empresas e visa o aprimoramento contínuo de produtos e serviços. A NBR ISO 14001 é uma norma para sistemas de gestão ambiental, projetada para compatibilizar a proteção ambiental e prevenção da poluição com o crescimento sócio-econômico das empresas.

Este compromisso com os recursos naturais resultou na sua permanência no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBOVESPA, uma carteira de ações de companhias consideradas sustentáveis no longo prazo e com excelente desempenho nos aspectos financeiros, sociais, ambientais e de governança corporativa.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A adesão da Tractebel ao Novo Mercado da BM&FBOVESPA, em 16 de novembro de 2005, reforçou o compromisso da Companhia com as melhores práticas de governança corporativa.

Seu Estatuto Social foi adequado às novas regras e procedimentos do Regulamento de Listagem do Novo Mercado e seu Conselho de Administração passou a ser composto de nove membros titulares, sendo um representante dos empregados e dois conselheiros independentes. Com exceção do titular indicado pelos empregados, todos são eleitos por acionistas, em Assembleia Geral. Um Conselho Fiscal, não permanente, independente da administração e da auditoria externa da Companhia, responde pela fiscalização dos atos dos administradores e por examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras.

A Companhia adota um Código de Ética, além de manter uma estrutura de comitês, conselhos e responsáveis formais pela discussão de questões éticas, que são também abordadas em pesquisas organizacionais.

Adicionalmente às regras do Novo Mercado, a Tractebel segue os regulamentos da lei *Sarbanes-Oxley*, cujo objetivo é coibir a conduta antiética e proporcionar mais confiabilidade para as demonstrações financeiras.

A política de dividendos da Tractebel estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei 6.404/76 e, além disso, determina intenção de pagar em cada ano calendário dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em valor não inferior a 55% do lucro líquido ajustado em distribuições semestrais.

Em relação ao modelo de transferência de ativos, a Companhia e sua controladora entenderam ser necessário elevar ainda mais os padrões de governança corporativa por elas adotados. Dentre as iniciativas anunciadas em outubro de 2010, destaca-se a criação de um Comitê Independente para Transações com Partes Relacionadas, a ser composto em sua maioria por membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

MERCADO DE CAPITAIS

Desde sua adesão ao Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Tractebel passou a integrar o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (**IGC**) e o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (**ITAG**), que reúnem as companhias que oferecem ao acionista minoritário uma proteção maior no caso de alienação do controle. Suas ações integram ainda o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBOVESPA (**ISE**), que reúne empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade corporativa, além do Índice de Energia Elétrica (**IEE**), que é um índice setorial constituído pelas empresas abertas mais significativas do setor elétrico.

As ações ordinárias da Tractebel são negociadas na BM&FBOVESPA sob código TBLE3. Além disso, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob código TBLEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

Desempenho das Ações – TBLE3

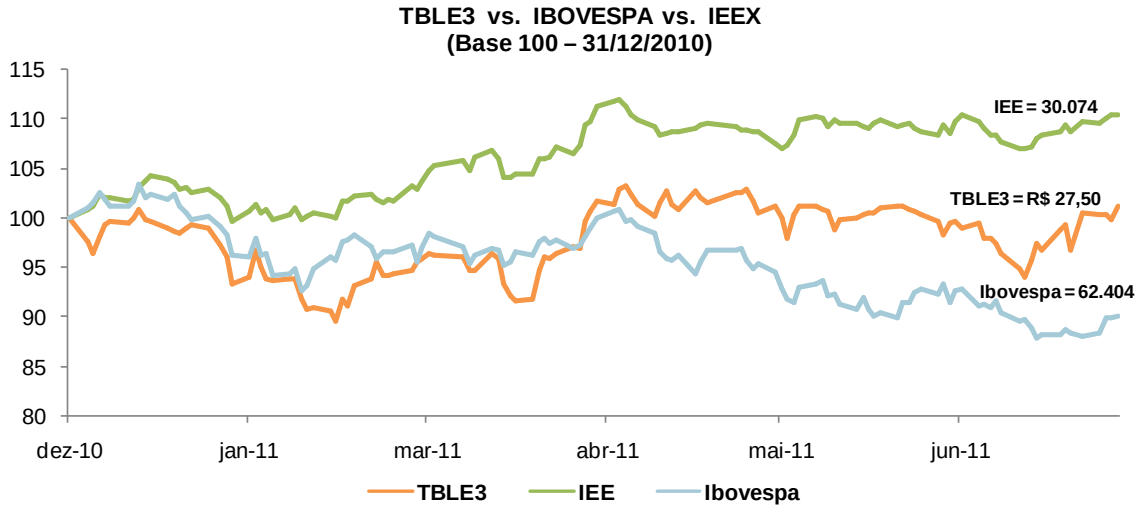
O mercado acionário brasileiro tem enfrentado quatro itens depressores neste ano, todos protagonizados pelo mercado externo: a recuperação da economia norte-americana, que tem ocorrido em velocidade menor que a esperada; o mercado imobiliário também dos EUA, que voltou a ceder; a crise nuclear que assolou o Japão após o terremoto de março e as dificuldades econômicas enfrentadas por países europeus como Portugal, Irlanda e, principalmente, a Grécia.

A bolsa brasileira perdeu 9,0% no segundo trimestre de 2011, o pior desempenho desde o mesmo período do ano passado. No acumulado do ano, o Ibovespa cedeu 10,0%. Já o Dow Jones subiu 7,2% no ano.

As ações da Tractebel registraram uma valorização de 0,5% no 2T11, desempenho em linha com o comportamento do IEE – índice do setor elétrico, que valorizou 0,6%. No acumulado de 2011, TBLE3 ganhou 1,1%, enquanto o IEE avançou 10,4%.

Os papéis da Companhia registraram presença em 100% dos pregões da BM&FBOVESPA no período. Já o volume médio diário de negociação ficou 4,7% acima do registrado no mesmo período de 2010, com R$ 12,4 milhões frente aos 11,8 milhões do 2T10.

As ações da Tractebel encerraram o pregão de 30 de junho de 2011 cotadas a R$ 27,50/ação, conferindo um valor de mercado à Companhia de cerca de R$ 18,0 bilhões.



PRÓXIMOS EVENTOS

A Tractebel realizará os seguintes eventos para discussão dos resultados:

Teleconferência
(em português – tradução simultânea para inglês)

Data: 1 de agosto de 2011
Horário: 11:00 h (horário de Brasília)
Telefones para conexão:
Participantes no Brasil: (11) 4688-6361
Senha para os participantes: Tractebel

Replay disponível do dia 1 a 8 de agosto de 2011. Acesso pelo telefone (11) 4688-6312, código: 2656011 (Português).

Webcast

Os *links* de acesso estarão disponíveis no *website* da Companhia (www.tractebelenergia.com.br), na seção Investidores.

Reuniões com Analistas

Florianópolis
Data: 2 de agosto de 2011
Horário: 18:30h
Local: Hotel Majestic

São Paulo
Data: 4 de agosto de 2011
Horário: 8:30h
Local: Hotel Renaissance

Porto Alegre
Data: 5 de agosto de 2011
Horário: 12:30h
Local: Hotel Embaixador

Belo Horizonte
Data: 3 de agosto de 2011
Horário: 12:00h
Local: Hotel Mercure BH Lourdes

Rio de Janeiro
Data: 4 de agosto de 2011
Horário: 18:30h
Local: Hotel Pestana

Aviso Importante

Este material inclui informações e opiniões sobre eventos futuros sujeitas a riscos e incertezas os quais baseiam-se nas atuais expectativas, projeções e tendências sobre os negócios da Companhia. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e declarações futuras constantes deste material podem não vir a se concretizar. Tendo em vista estas limitações, os acionistas e investidores não devem tomar quaisquer decisões com base nas estimativas, projeções e declarações futuras contidas neste material.

ANEXO I
TRACTEBEL ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – ATIVO

(valores em R$ mil)		
Ativo	**30/06/2011**	**31/12/2010**
Ativo Circulante	**1.314.913**	**1.906.733**
Caixa e equivalentes de caixa	542.494	1.082.580
Contas a receber de clientes	523.016	531.106
Ativo não corrente a venda	-	23.057
Tributos a recuperar	108.476	91.818
Estoques	43.217	46.032
Cauções e depósitos vinculados	8.372	81.553
Outros Créditos	89.338	50.587
Ativo Não Circulante	**10.882.984**	**10.943.555**
Realizável a Longo Prazo	**829.547**	**872.025**
Tributos a recuperar	215.469	219.880
Cauções e depósitos vinculados	47.669	51.244
Depósitos judiciais	106.336	133.464
Alienação de ativo	86.886	86.886
Imposto de renda e contribuição social diferidos	321.877	328.240
Outros Créditos	51.310	52.311
Imobilizado	**9.961.062**	**9.976.009**
Intangível	**92.375**	**95.521**
Total	**12.197.897**	**12.850.288**

ANEXO II
TRACTEBEL ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO – PASSIVO

(valores em R$ mil)		
Passivo	**30/06/2011**	**31/12/2010**
Passivo Circulante	**1.289.422**	**2.259.838**
Fornecedores	264.264	268.851
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.814	189.509
Empréstimos e financiamentos	220.684	189.414
Debêntures	254.242	905.017
Obrigações fiscais	300.915	457.937
Obrigações trabalhistas	40.165	54.881
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	22.912	14.991
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.742	10.866
Concessões a pagar	44.761	42.297
Benefícios pós-emprego	52.680	25.939
Outras obrigações	74.243	100.136
Passivo Não Circulante	**5.328.333**	**5.517.766**
Empréstimos e financiamentos	2.562.046	2.567.145
Debêntures	639.915	782.344
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	30.626	41.260
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	143.285	143.416
Concessões a pagar	1.161.963	1.092.650
Benefícios pós-emprego	330.731	409.452
Imposto de renda e contribuição social diferidos	436.879	445.691
Outras obrigações	22.888	35.808
Patrimônio Líquido	**5.580.142**	**5.072.684**
Capital social	2.445.766	2.445.766
Reservas de capital	91.695	91.695
Ajustes de avaliação patrimonial	679.752	708.190
Reservas de lucros	1.671.628	1.827.033
Lucros acumulados	691.301	-
Total	**12.197.897**	**12.850.288**

ANEXO III
TRACTEBEL ENERGIA S.A.
DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

(valores em R$ mil)	2T11	2T10	Var. %	6M11	6M10	Var. %
Receita Operacional Bruta	**1.184.314**	**1.074.643**	**10,2**	**2.334.189**	**2.131.671**	**9,5**
Deduções da Receita Operacional	**(126.471)**	**(110.398)**	**14,6**	**(254.217)**	**(221.902)**	**14,6**
Receita Operacional Líquida	**1.057.843**	**964.245**	**9,7**	**2.079.972**	**1.909.769**	**8,9**
Custos da Venda de Energia	**(448.884)**	**(462.076)**	**-2,9**	**(863.242)**	**(909.431)**	**-5,1**
Energia elétrica comprada para revenda	(110.590)	(162.815)	-32,1	(215.816)	(337.741)	-36,1
Transações no âmbito da CCEE	(6.770)	(321)	2.009,0	(20.952)	(1.023)	1.948,1
Combustíveis para geração	(34.806)	(9.660)	260,3	(39.747)	(13.964)	184,6
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	(66.922)	(68.659)	-2,5	(133.208)	(137.255)	-2,9
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(32.487)	(33.055)	-1,7	(70.695)	(64.475)	9,6
Pessoal	(37.971)	(33.680)	12,7	(69.441)	(63.396)	9,5
Material e serviços de terceiros	(33.515)	(29.605)	13,2	(64.774)	(53.003)	22,2
Depreciação e amortização	(117.232)	(113.436)	3,3	(232.567)	(220.222)	5,6
Outros	(8.591)	(10.845)	-20,8	(16.042)	(18.352)	-12,6
Lucro Bruto	**608.959**	**502.169**	**21,3**	**1.216.730**	**1.000.338**	**21,6**
Receitas (Despesas) Operacionais	**(4.117)**	**20.916**	**-119,7**	**(38.027)**	**403**	**-9.536,0**
Despesas com vendas	(3.748)	(3.581)	4,7	(8.604)	(7.205)	19,4
Despesas gerais e administrativas	(44.603)	(35.898)	24,2	(82.906)	(69.430)	19,4
Ganho em ações judiciais	-	45.803	-	-	45.803	-
Ganho de capital na alienação de ativo	15.436	-	-	15.436	-	-
Reversão de provisões operacionais, líquidas	28.745	14.278	101,3	38.743	30.917	25,3
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	53	314	-83,1	(696)	318	-318,9
Resultado do Serviço	**604.842**	**523.085**	**15,6**	**1.178.703**	**1.000.741**	**17,8**
Resultado Financeiro	**(79.376)**	**(116.583)**	**-31,9**	**(187.788)**	**(220.169)**	**-14,7**
Receitas financeiras	22.561	29.463	-23,4	62.246	57.895	7,5
Despesas financeiras	(101.937)	(146.046)	-30,2	(250.034)	(278.064)	-10,1
Lucro Antes dos Tributos	**525.466**	**406.502**	**29,3**	**990.915**	**780.572**	**26,9**
Imposto de renda	(119.380)	(100.310)	19,0	(235.239)	(194.212)	21,1
Contribuição social	(47.312)	(36.691)	28,9	(89.948)	(70.139)	28,2
Lucro Líquido	**358.774**	**269.501**	**33,1**	**665.728**	**516.221**	**29,0**
EBITDA	**725.522**	**639.437**	**13,5**	**1.418.014**	**1.226.764**	**15,6**
Lucro líquido por ação	0,5496	0,4129	33,1	1,0199	0,7908	29,0

ANEXO IV
TRACTEBEL ENERGIA S.A.
FLUXO DE CAIXA

(valores em R$ mil)	2T11	2T10	6M11	6M10
Atividades Operacionais				
Lucro líquido	358.774	269.501	665.728	516.221
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	120.680	116.353	239.311	226.023
Variação monetária e cambial	12.605	16.909	53.069	47.269
Juros	79.295	72.445	169.816	136.116
Reversão de provisões operacionais, líquida	(28.704)	(17.375)	(36.567)	(32.347)
Imposto de renda e contribuição social correntes	166.573	129.129	329.238	264.837
Imposto de renda e contribuição social diferido	119	3.494	(4.051)	(9.052)
Outros	(49)	186	700	(502)
	709.293	590.642	1.417.244	1.148.565
Redução (Aumento) nos Ativos				
Contas a receber de clientes	(13.127)	6.494	7.503	(23.984)
Reembolso de aquisição de combustível	(46.609)	306	(46.609)	(15)
Tributos a recuperar	5.971	(39.408)	1.159	(40.068)
Estoques	8.478	(1.526)	2.786	3.369
Cauções e depósitos vinculados / judiciais	52.905	(10.179)	109.090	25.627
Ativo não corrente à venda	23.057	-	23.057	-
Outros	6.342	(1.755)	5.224	1.543
	37.017	(46.068)	102.210	(33.528)
Aumento (Redução) nos Passivos				
Fornecedores	10.058	(4.922)	1.880	15.427
Impostos e contribuições sociais	1.379	(29.400)	3.619	(29.920)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(58.659)	(4.868)	(488.649)	(380.462)
Encargos de empréstimos, financiamentos e debêntures, pagos	(135.709)	(101.355)	(158.932)	(103.851)
Benefícios pós-emprego	(10.548)	(7.929)	(20.284)	(15.536)
Obrigações com o programa de pesquisa e desenvolvimento	1.128	(467)	(2.713)	4.039
Adiantamentos de clientes	(24.219)	11.100	(24.219)	11.100
Outros	(18.259)	(4.797)	(17.851)	(7.494)
	(234.829)	(142.638)	(707.149)	(506.697)
Recursos Provenientes das Atividades Operacionais	**511.481**	**401.936**	**812.305**	**608.340**
Atividades de investimento	**(88.938)**	**(38.236)**	**(185.750)**	**(403.509)**
Aumento em investimentos, líquido das disponibilidades	-	-	-	(304.556)
Aplicação no imobilizado	(88.347)	(36.212)	(182.669)	(96.403)
Aplicação no intangível	(591)	(2.024)	(3.081)	(2.550)
Atividades de financiamento	**(1.171.014)**	**(327.927)**	**(1.166.641)**	**(598.391)**
Financiamentos	-	35.657	54.007	35.657
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(817.827)	(119.912)	(857.976)	(381.129)
Pagamentos de concessões a pagar	(10.686)	(9.843)	(20.948)	(19.604)
Cauções e depósitos vinculados a financiamentos	3.461	16.291	4.241	16.805
Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	(345.962)	(250.120)	(345.965)	(250.120)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	**(748.471)**	**35.773**	**(540.086)**	**(393.560)**
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	1.290.965	825.309	1.082.580	1.254.642
Saldo final	542.494	861.082	542.494	861.082
	(748.471)	**35.773**	**(540.086)**	**(393.560)**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa				
Imposto de renda e contribuição social compensados	187	(132)	485	(132)
Fornecedores de ativo imobilizado	20.641	(2.956)	26.179	24.658
Juros sobre financiamento capitalizado	27.701	-	56.499	982